

O USO DA CONTABILIDADE RURAL COMO UMA FERRAMENTA GERENCIAL: UM ESTUDO DE CASO DOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR.

Salete Polônia Borilli¹
Rejane Bertinatto Philippsen²
Rosemeri Giaretta Ribeiro²
Elza Hofer³

RESUMO: Este estudo visa demonstrar a importância da Contabilidade Rural para o pequeno, médio e grande produtor rural, como uma ferramenta gerencial que permite, por meio da informação contábil, o planejamento e o controle orçamentário para tomada de decisões, além de contribuir para o controle dos custos e comparação de resultados. Essas informações são indispensáveis para planejar a diversificação de culturas e a modernização do setor. Constatou-se que a Contabilidade Rural é uma das ferramentas administrativas menos utilizadas pelos produtores residentes no município de Toledo e os que a utilizam é, unicamente, para fins tributários. A pesquisa demonstrou o desconhecimento e o pouco interesse dos produtores rurais em utilizar a Contabilidade Gerencial como ferramenta para auxiliar a tomada de decisões. Por último, este trabalho vem contribuir para desencadear uma profunda discussão sobre a contabilidade na área rural, contribuindo, assim, para motivar o debate das potencialidades e desafios dessa dinâmica ferramenta.

PALAVRAS-CHAVES: contabilidade rural, produtor rural, ferramenta de administração.

USE OF ACCOUNTING RURAL AS MANAGEMENT TOOL: A STUDY OF CASE OF RURAL PRODUCTS IN TOLEDO-PR

ABSTRACT: This search demonstrate the importance of Rural Accounting to the little, intermediate and big rural producer, as management tool that permit the information of accounting the planning and control of costs and comparison of results, information indispensable to plan diversification of culture and

¹Mestranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, UNIOESTE/Campus de Toledo, Economista, Professora da UNIPAR - Campus de Toledo/PR. borilli@certo.com.br

²Pós-graduada em Contabilidade Gerencial e Controladoria e Bacharel em Ciências Contábeis pela UNIPAR/Toledo.

³Professora do Curso de Ciências Contábeis da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon - PR, em Controladoria e Contabilidade Estratégica, pela Faculdade de Ciências Econômicas de SP - FACESP. Endereço: Rua Colombo 1720, Centro Marechal Cândido Rondon – PR, 85960-000 - hofer@unioeste.br.

modernization of sector. Verified that rural accounting is one of tool administrative less used for the producer of Toledo, those used this tool is function tributary. The search demonstrated the ignorance and little interesting of rural producer to use the management accounting as tool to help making decision. Finally, this search contributes to begin a deep question about rural accounting contributing to motivate the arguments about potentiality and challenge this tool dynamic.

KEY WORDS: Rural Accounting, Rural Producer, Management tool.

1. Introdução

Com o desenvolvimento tecnológico, a agricultura vem se desenvolvendo e produzindo cada vez mais, reduzindo os custos, gerando renda e criando empregos, fornecendo, dessa forma, as bases para a implantação de indústrias. É de suma importância a necessidade de profissionais e de mão de obra qualificados, para operarem nas atividades rurais, tanto na própria produção como na área administrativa, visando buscar um controle econômico-financeiro mais rigoroso.

Neste contexto, a contabilidade pode desempenhar um importante papel como ferramenta gerencial, por meio de informações que permitam o planejamento, o controle e a tomada de decisão, transformando as propriedades rurais em empresas com capacidade para acompanhar a evolução do setor, principalmente no que tange aos objetivos e atribuições da administração financeira, controle de custos, diversificação de culturas e comparação de resultados.

Este trabalho tem como objetivo analisar alguns aspectos na área rural, com enfoque no uso da Contabilidade Rural, como ferramenta para suprir as necessidades de planejar, orçar, organizar e orientar a gestão do patrimônio familiar. Os dados foram obtidos, via aplicação de questionário e entrevista face a face, com produtores rurais residentes no Município de Toledo, Estado do Paraná. A questão-chave que se busca responder é a seguinte: a contabilidade gerencial pode subsidiar os empresários rurais com informações que possibilitem a melhoria da gestão na atividade, otimizando os resultados que objetivem o crescimento do patrimônio?

O trabalho foi realizado com a utilização de estudo de caso feito com pesquisa de campo e teve por objetivo demonstrar a importância da Contabilidade Rural para o pequeno, médio e grande produtor, como uma ferramenta gerencial que permite, por meio da informação contábil, o planejamento e o controle orçamentário para tomada de decisões. A pesquisa foi elaborada a partir de dados coletados com base em questionários e entrevistas aplicadas aos gerentes de escritórios de contabilidade e proprietários rurais residentes no município de Toledo – PR. Segundo Gil (2000) e Yin (2001), este tipo de pesquisa

pode ser derivado tanto de constatações e percepções, que têm como norte o desenvolvimento, esclarecimento ou modificação de conceitos e idéias, como de descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, tendo em vista que a obtenção dos dados explicativos sobre a importância da Contabilidade Rural ocorreu mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Esta integração empática com o objeto de estudo possibilita, segundo Godoy (1995) e Neves (1996), uma melhor compreensão do fenômeno/variável pesquisado, visto traduzir um perfil mais completo e real dos fatos que tendem a caracterizar a problemática pesquisada. Os dados obtidos na pesquisa de campo deram-se via dados primários.

Além desta introdução, a pesquisa apresenta mais três tópicos, sendo que o segundo tópico apresenta o referencial teórico que deu suporte ao estudo. No terceiro tópico, discutem-se os resultados com base nos dados coletados. E por último, a conclusão da pesquisa.

2. Referencial teórico

2.1. Atividade Rural

Na atividade rural, os termos e as expressões referentes a *produtor rural* variam de região para região. O Manual de Orientação da Previdência Social na Área Rural, (2003, p.21), define o produtor rural como sendo “a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que desenvolve, em área urbana ou rural, atividade agropecuária, pesqueira ou silvicultural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou prepostos”.

O Novo Código Civil (NCC), que entrou em vigor em 11 de Janeiro de 2003, define o termo empresário como “aquele que exerce profissionalmente atividade econômica para a produção ou circulação de bens ou serviços”. Essa atividade de produção, realizada de forma profissional com a finalidade de gerar riqueza, reconheceu o trabalho do produtor rural como o de criação de bens e serviços, *o empresário rural*.

O minidicionário Aurélio (1993) define *patrimônio* como “herança paterna, bens de família, riqueza, os bens, materiais ou não, duma pessoa ou empresa”. Para Mais, *apud* Calderelli (2003, p. 616), o *patrimônio*, sob o prisma contábil, é o objeto da contabilidade e pode-se defini-lo como sendo “o conjunto de bens e direitos de um lado, contrapondo-se de outro, as obrigações”. Entende-se, pois, que o *patrimônio* é o conjunto de riquezas (bens, valores, direitos e obrigações), colocados à disposição de um empresário com a finalidade de obter resultado econômico. Entretanto, em relação ao aspecto administrativo, o autor considera que, “patrimônio é quando a riqueza inerte se transforma em riqueza

operante, pela ação do homem sobre a matéria. Predomina na administração, o conjunto de bens econômicos e a ação do homem, com o intuito de aumentar a riqueza administrada”.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a região onde está localizado o município de Toledo – PR define *pequeno produtor* como “aquele que detém de 01 a 71,9 hectares; médio produtor de 72 a 269,9 hectares e grande produtor é aquele que possui acima de 270 hectares”, considera, também, que um módulo de terra é igual a 18 hectares.

Conforme Valle (1987 p.79-80), a atividade agrícola continua sendo exercida em grande parte, por famílias que atuavam no processo produtivo e no de consumo, constituindo uma entidade de caráter auto-suficiente. Dessa forma, com o passar dos tempos, em razão da divisão do trabalho e do desenvolvimento do comércio, deu-se a dissociação entre o processo produtivo e o de consumo, quando o agricultor deixou de se limitar a produzir para seu consumo e o de sua família, mas, em especial, voltou-se para a venda no mercado consumidor. As atividades rurais podem ser exercidas de várias formas, desde o cultivo para a própria sobrevivência, como grandes empresas explorando os setores agrícolas, pecuários e agroindustriais.

Segundo Marion (2003, p. 22), “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”. A agricultura representa toda a atividade de exploração da terra, seja ela: atividade agrícola (vegetal), atividade zootécnica (animais) e atividade agroindustrial (beneficiamento dos produtos). Crepaldi (2005) comenta que o agricultor vem diminuindo o número de atividades em seu estabelecimento rural, dedicando-se apenas a uma ou duas espécies, especializando-se para melhorar a qualidade de seus produtos, visando a um mercado no qual recebe um melhor preço.

Por outro lado, Grossi, Souza e Silva (2002), *apud* Cunha, Shikida e Rocha Junior (2002) apresentaram uma nova configuração do meio rural brasileiro, denominado como “Novo Rural”, dividido em três grupos: a agropecuária moderna (*commodities*); atividades não-agrícolas (moradia, lazer, serviços) e novas atividades agropecuárias (localizados em nichos de mercado) integrando um conjunto de atividades de renda no mercado, como a urbanização do meio rural, turismo, lazer e de prestação de serviços, como aluguel de máquinas, pesque-pagues etc. Essa combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas é conhecida por pluriatividade, criada como objeto de valorização dos capitais. A diferença é que, anteriormente, estava ligada ao estabelecimento agropecuário como uma atividade econômica, enquanto a pluriatividade estava ligada às famílias, como uma unidade social e demográfica.

2.2. Gestão da Atividade

Para um gestor rural, o conhecimento técnico, a sensibilidade e a competência pelo diagnóstico da empresa determinam grande parte do seu sucesso na agropecuária devido às múltiplas atividades e ao volume financeiro das operações, constituindo-se, na realidade, como uma empresa, apesar de nem sempre estar estruturada e denominada dessa forma. Conforme Valle (1987), as operações de gestão agrária são consideradas sob tríplice aspecto: o técnico, o econômico e o financeiro. Sob o aspecto técnico, estuda-se a possibilidade de plantio de determinada cultura vegetal ou criação de gado na área rural, isso implica a escolha das sementes, os implementos a serem usados, tipos de alimentação do gado, a rotação de culturas, espécies de fertilizantes e o sistema de trabalho etc.. No aspecto econômico, estudam-se várias operações a serem executadas, quanto ao seu custo e aos seus resultados, isto é, o custo de cada produção e sua recuperação, através do qual se obtém o lucro. Considera-se o aspecto financeiro, quando se estudam as possibilidades de obtenção de recursos monetários necessários e o modo de sua aplicação, ou seja, o movimento de entradas e saídas de numerários, de modo a manter o equilíbrio financeiro do negócio.

Para Crepaldi (2005), o gestor deve estar sempre atento às tarefas de planejar, organizar, direcionar os subalternos diretos e o controle administrativo, além de sempre apresentar planos como orçamentos e controles que permitam acompanhar o andamento da atividade.

O planejamento e a elaboração de programações anuais, mantidas e aprimoradas constantemente, servirão de base ao orçamento, elemento fundamental à administração da atividade, auxiliando na previsão das necessidades e gerações de recursos e controle do andamento, comparando o real e o orçado. Para Nepomuceno (2004 p.91), “o orçamento é uma ferramenta de aperfeiçoamento da administração na atividade rural, que permite trabalhar com os olhos voltados para o que vai acontecer”. Da mesma maneira, deve haver uma definição quanto à estrutura organizacional, com um controle de produção e definição das funções e responsabilidades sobre as atividades, pois, dessa forma, é possível avaliar os resultados obtidos, qual o verdadeiro custo de produção, onde eles estão e qual a responsabilidade direta dos administradores.

2.3. Contabilidade Rural, Sua Finalidade e Seus Aspectos.

No momento em que se avalia a importância da Contabilidade Rural em gerar informações para a tomada de decisões, a empresa, para obter sucesso, deverá estar subordinada a uma administração eficiente, e isso requer conhecimento do negócio, do capital, da especialização e da modernização da agropecuária. É justamente nesses aspectos que a empresa rural apresenta

carências e prejudica todo um processo de desenvolvimento e modernização do setor.

Calderelli (2003) define Contabilidade Rural como sendo “aquela que tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa cujo objeto de comércio ou indústria seja agricultura ou pecuária”.

Marion (2002) menciona que, na atividade agrícola, um aspecto importante é o ano agrícola x exercício social. Nessa atividade, porém, a receita concentra-se, normalmente, durante ou logo após a colheita, ao contrário de outras atividades, cuja receita se distribui ao longo dos doze meses. Se o ano agrícola terminar em março, o exercício social poderá ser encerrado em 31/03 ou 30/04 e, assim, sucessivamente, evitando-se, dessa forma, a cultura em formação, por ocasião da apuração do resultado. Ao encerrar-se o exercício social antes da colheita, tem-se plantas em crescimento, por isso, o resultado é difícil de avaliar para obter-se um resultado justo, por isso, recomenda-se encerrar o exercício social após a colheita e a comercialização.

Para Crepaldi (2005), uma ferramenta pouco utilizada pelos produtores é, sem dúvida, a Contabilidade Rural, pois é vista como uma técnica complexa, com baixo retorno na prática, ela é conhecida apenas para a Declaração do Imposto de Renda, e os produtores não demonstram interesse na sua aplicação gerencial. Dentre outros fatores, vale ressaltar que tem contribuído para isso a deficiência dos sistemas contábeis, responsáveis em retratar as características da atividade agropecuária, bem como, a falta de profissionais capacitados na transmissão de tecnologias administrativas aos produtores rurais, daí, a não-inclusão da Contabilidade Rural como instrumento de políticas governamentais agrícolas ou fiscais.

No entanto, Marion (1996) comenta que a Contabilidade Rural aplicada ao ambiente rural está vinculada às normas e conceitos contábeis. As pessoas físicas, tidas como grandes produtores, são equiparadas às pessoas jurídicas, devendo manter a escrituração regular, por intermédio de um profissional contábil, utilizando o método das partidas dobradas. Embora, os pequenos e médios produtores rurais estejam dispensados, para fins de Imposto de Renda, de utilizarem-se da contabilidade Rural, muitas vezes, apenas um livro caixa é disponibilizado para efetuar uma escrituração simplificada, mas isto não os impede de adotá-la.

O ponto fundamental na contabilidade é o uso da informação contábil como ferramenta para a administração por meio dos Balanços Patrimoniais, Demonstração de Resultados e outros relatórios, tornando-se, portanto, importante instrumento gerencial.

Conforme Padoveze (2000), a informação contábil precisa atender

a dois requisitos, para que tenha validade integral no processo de gestão administrativa:

- a) sua necessidade como informação;
- b) seu planejamento e controle.

Uma informação contábil deve ser clara, precisa e oportuna. A informação morosa poderá perder sua validade, pois um sistema de informação contábil precisa ser rigoroso objetivo e dinâmico para atender às necessidades dos usuários no menor tempo possível. Portanto, a partir do momento em que o empresário rural adotar um sistema de Contabilidade Rural Gerencial, deve estar consciente da relação custo/benefício que lhe proporcionará, além da capacidade de compreender e utilizar estes recursos que poderão fornecer-lhe dados confiáveis. A importância da informação contábil só é desejável se a informação custar menos que ela pode valer, e se for útil para a administração.

Crepaldi (2005) descreve que a finalidade da Contabilidade Rural é de orientar as operações agrícolas e pecuárias; medir e controlar o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva; apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e investimentos; auxiliar nas projeções de fluxos de caixas, permitir comparações à *performance* da empresa com outras; conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família; justificar a liquidez e capacidade de pagamento junto aos credores; servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos, e gerar informações para a Declaração do Imposto de Renda.

2.4. Controle Gerencial

A tarefa de gerar informações gerenciais que permitam a tomada de decisão é uma dificuldade para os produtores rurais devido à falta de dados consistentes e reais. Segundo Crepaldi (2005), para obter os dados referentes ao movimento econômico-financeiro diário da propriedade é preciso que o administrador da propriedade saiba como está a rentabilidade da sua atividade produtiva, quais os resultados e como podem ser otimizadas por meio da avaliação dos resultados, fontes de receita e tipos de despesas, necessários para definir a situação de seu negócio. Outra postura a ser adotada pelo empresário rural é a de desvincular-se, ao máximo, da pessoa física. Do ponto de vista organizacional deve adotar uma postura autônoma responsável por todas as atividades que compõem a administração financeira e contábil.

Numa visão global, Padoveze (2000) comenta que o gerenciamento contábil está ligado às informações contábeis que são necessárias para controle, acompanhamento e planejamento da empresa como um todo e utilizados pela alta administração da companhia. A Contabilidade Gerencial está relacionada ao fornecimento de informações para os administradores, pois são eles que estão

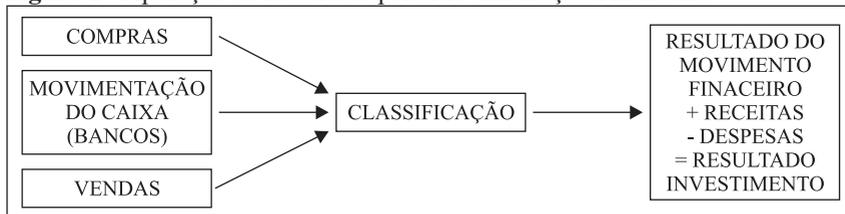
dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações. Para Atkinson *et al.* (2000, p. 36), a Contabilidade Gerencial “é o processo de identificar, mensurar, reportar e analisar informações sobre eventos econômicos das empresas”.

Assim, a Contabilidade Gerencial pode ser contrastada com a Contabilidade Financeira, que é relacionada como fornecimento de informações para com os acionistas, credores e outros usuários externos, que estão fora da organização. Existem fatores que as diferenciam, conforme pode ser observado a seguir:

- objetivo dos relatórios;
- forma dos relatórios;
- frequência dos relatórios;
- bases de mensuração usadas para quantificar os dados;
- características da informação fornecida;
- restrições nas informações fornecidas;
- perspectiva dos relatórios.

Em resumo, sobre como e qual o melhor modelo de controle gerencial a ser adotado, seja qual for a técnica adotada, é importante saber em que nível de detalhamento e sofisticação o negócio se encaixa, e a definição do modelo deve ser o mais condizente. Uma opção é o controle baseado nas movimentações financeiras que, apesar de não ser tão preciso, é simples e dinâmico ao apurar os resultados.

Figura 1 - Apuração de Resultado pela Movimentação Financeira



Fonte: (CREPALDI, 1993 p.50).

Esse tipo de apuração possibilita ao produtor obter bons resultados, mas depende de um bom controle das compras, vendas de produtos e movimentação de caixa e a simples estruturação de um plano de contas, em que constem contas de receitas, despesas e investimentos e onde o produtor possa cadastrar os itens de classificação destas movimentações e agrupar os lançamentos.

3. Resultados e discussões

3.1. Resultados Referentes aos Dados Obtidos Junto aos Escritórios Contábeis

Foram entrevistados escritórios de contabilidade que, de maneira geral, prestam serviços e assessoria contábil no Município de Toledo, Estado do Paraná e que estavam dispostos a responder o questionário. No total, foram entrevistados 21 (vinte e um) escritórios, de forma que todos pudessem responder a entrevista, de um universo de 25 (vinte e cinco) escritórios, correspondendo a 84% do universo populacional.

Dentre os escritórios entrevistados, 52,38% deles consideram-se escritórios de pequeno porte, 33,33% escritórios de médio porte e, apenas, 14,29% consideram-se escritórios de grande porte. O quadro de funcionários dos escritórios pesquisados é composto por 61,90%, que possuem de 01 a 10 funcionários; 23,81%, entre 11 a 20 funcionários e 14,29% possuem entre 21 a 40 funcionários. Quanto ao tempo de existência (há quanto tempo iniciaram suas atividades) no Município de Toledo-PR, constatou-se o surgimento de um número significativo de novos escritórios no município, ou seja, 14,29% dos escritórios entrevistados disseram atuar na área contábil entre 01 a 05 anos, 23,81%, prestam serviços entre 05 a 10 anos, 19,05% atuam no município entre 10 a 15 anos, 9,52% atuam entre 15 a 20 anos e 33,33% dos entrevistados declararam atuar no município há mais de 20 anos, conforme Tabela 01.

Tabela 1 - Tempo de Atuação do Escritório No Município

TEMPO	QUANTIDADE	%
01 a 05 anos	03	14,29
05 a 10 anos	05	23,81
10 a 15 anos	04	19,05
15 a 20 anos	02	9,52
Mais de 20 anos	07	33,33
TOTAL	21	100

Fonte: Dados da Pesquisa / 2005.

Em relação ao tipo de assessoria contábil que os entrevistados prestam, 71,43% disseram prestar algum tipo de assessoria na área rural como tributária ou escrituração completa. De acordo com os dados da pesquisa verificou-se que os serviços mais procurados pelos produtores rurais nos escritórios contábeis estão relacionados à folha de pagamentos, Imposto de Renda (IR), Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).

Constatou-se, entre os proprietários de escritórios entrevistados que,

apenas 44 produtores rurais do município de Toledo - PR utilizam a escrituração completa e que os demais clientes usufruíram assessoria contábil por simples obrigação fiscal. Considerando-se que o município de Toledo é essencialmente agrícola, percebe-se que os produtores não fazem uso da contabilidade como ferramenta para a tomada de decisões. Ainda neste item, 28,57% dos escritórios não prestam assessoria rural e informaram não possuir profissionais especializados nesta área para prestação de tais serviços.

Quanto às dificuldades encontradas pelos escritórios em atender aos produtores rurais, as respostas foram as mais variadas, dentre elas pode-se destacar: a) os produtores, em geral, não são muito organizados com os documentos necessários, muitas vezes chegam com atrasos, dificultando a prestação dos serviços e o levantamento das informações, acarretando, ainda mais, em acúmulo de trabalho em determinados meses do ano. Um exemplo claro é a declaração de Imposto de Renda; b) resistência a mudanças, ou seja, em assimilar as Leis e aceitá-las - desconfianças em relação às informações prestadas sobre a legislação, pois os mesmos não vêem o contador como um aliado, mas como alguém que lhe quer impor a legislação; c) o produtor rural se acha superior (auto-suficiente) e não reconhece os serviços profissionais do contador, o que acaba por inibi-los ou, até mesmo, em muitos casos, os escritórios colocam ressalvas em prestar serviços a esses produtores; e d) falta de interesse dos produtores em querer aderir a essa ferramenta contábil gerencial.

Porém, no que pese as dificuldades encontradas pelos escritórios em atender aos produtores rurais, 66,67%, dos entrevistados, responderam possuir interesse em expandir os serviços na área de Contabilidade Rural, justificando suas respostas pelo fato de o município possuir o setor agrícola extremamente desenvolvido, ocupando a primeira colocação no Estado do Paraná, na produção agropecuária, e por ser um campo ainda a explorar, além de possibilitar novas oportunidades de renda, - aproveitando a infra-estrutura existente. Outro aspecto destacado pelos entrevistados é o fato de a legislação estar acercando a área, motivo pelo qual os produtores estão sendo obrigados a se organizarem para atendê-la. Contudo, 33,33% dos entrevistados não demonstraram interesse em expandir ou atuar nesta área contábil.

3.2 Resultados Referentes aos Dados Obtidos Junto aos Produtores Rurais

Foram entrevistados os produtores rurais residentes no município de maneira aleatória, desde que estivessem dispostos a responder o questionário / entrevista. Num universo de 3.200 produtores rurais existentes no município, de acordo com dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Toledo – Secretaria da Fazenda – Departamentos de Receita, foram entrevistados 262 (duzentos e sessenta e dois), entre pequenos, médios e grandes produtores rurais, ou seja,

8,19.% da população.

Em relação à origem do patrimônio, 31,30% dos entrevistados teve seu patrimônio oriundo de herança recebida de seus pais; outros 32,44%, embora tivessem recebido parte através de herança da família, conseguiram aumentar este patrimônio com rendas oriundas do próprio patrimônio; 27,86% dos entrevistados obtiveram o seu atual patrimônio com recursos próprios oriundos de outras atividades, porém, muitas delas ligadas à exploração da terra, realizando, assim, um sonho de possuir um pedaço de terra para produzir e tirar dela o sustento da família; 4,96% obtiveram a propriedade parte de herança e parte através de financiamentos; outros 1,53% tiveram acesso à terra através do Programa de Assentamento do INCRA, não deixando de ser uma forma de financiamento, embora de longo prazo e com juros mais baixos e, 1,91% dos produtores não são proprietários – possuem áreas arrendadas, conforme demonstrado na Tabela 02.

Tabela 2 - Origem do Patrimônio

ORIGEM	QUANTIDADE	%
Herança	82	31,30
Parte herança e renda da própria propriedade	85	32,44
Parte herança e parte financiamento	13	4,96
Recursos próprios	73	27,86
Assentamento do INCRA	04	1,53
Arrendamento	05	1,91
TOTAL	262	100

Fonte: Dados da Pesquisa / 2005.

Quanto ao tempo de atuação na área rural, a maioria dos produtores entrevistados, 61,83%, disse que atuam há mais de 20 anos; 12,60% dos entrevistados atuam entre 15 e 20 anos; 11,83% atuam entre 10 a 15 anos; 9,16% disseram atuar de 05 a 10 anos e 4,58% dos produtores atuam entre 01 a 05 anos, conforme Tabela 03.

Tabela 3 - Quanto Tempo Atuam na Agricultura

TEMPO	QUANTIDADE	%
Menos de 01 ano	00	0,00
> 01 e < de 05 anos	12	4,58
> 05 e < de 10 anos	24	9,16
> 10 e < de 15 anos	31	11,83
> 15 e < de 20 anos	33	12,60
Mais de 20 anos	162	61,83
TOTAL	262	100

Fonte: Dados da Pesquisa / 2005.

Quanto ao tamanho das propriedades, 82,06% dos produtores possuem propriedades entre 01 a 71,9 hectares, são considerados pequenos produtores; 15,27% possuem entre 72 a 269,9 hectares, considerados como médios produtores e 2,67% dos entrevistados disseram possuir área acima de 270 hectares, sendo estes considerados grandes produtores rurais, de acordo com a Tabela 04.

Tabela 4 – Tamanho das Propriedades

TAMANHO	QUANTIDADE	%
01 a 71,9 hectares	215	82,06
72 a 269,9 hectares	40	15,27
Acima de 270 hectares	07	2,67
TOTAL	262	100

Fonte: Dados da Pesquisa/2005.

Quanto ao número de pessoas que constituem o domicílio familiar, constatou-se que 0,76% dos produtores está na condição de solteiro, trabalhando em sua própria propriedade; 96,19% dos entrevistados são casados; os que estão na condição de viúvos (as) representam 3,05% dos entrevistados. Dentre os entrevistados, 7,64% não tiveram nenhum filho; 78,24% dos entrevistados tiveram de 01 a 03 filhos; 10,69% possuem de 04 a 06 filhos; 2,67% possuem entre 06 a 10 filhos e, 0,76% tiveram mais de 10 filhos, conforme Tabela 05.

Tabela 5 - Quantidade de Filhos

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
Nenhum	20	7,64
De 01 a 03 filhos	205	78,24
04 a 06 filhos	28	10,69
06 a 10 filhos	07	2,67
Mais de 10 filhos	02	0,76
TOTAL	262	100

Fonte: Dados da Pesquisa/2005.

Em relação à localidade de residências dos produtores rurais, a pesquisa constatou que 19,91% dos entrevistados residem na área urbana do município e os demais, 80,09% residem na propriedade rural (área rural do município). Decorrente disto constatou-se que as famílias preferem morar no meio rural, por ser um ambiente de melhor qualidade de vida, pois o poder

público (estado e município) disponibiliza transporte escolar para seus filhos, as propriedades possuem energia elétrica e, quase a totalidade, água tratada. Além disso, têm fatura de alimentos que produzem, por isso, não necessitam comprá-los (produção para seu auto-sustento), têm moradias próprias, utilizam a mão de obra própria (familiar), o que não ocorreria se estivessem morando na cidade. Com isso, têm uma redução dos custos e acesso fácil à cidade, já que a distância da sede do município é relativamente pequena.

Quanto ao grau de escolaridade dos filhos dos proprietários rurais constatou-se que 46,58% possuem o 1º grau (Ensino Fundamental), 29,90% o 2º grau (Ensino Médio), 23,20% o 3º grau (Ensino Superior), 0,16% possuem pós-graduação, e 0,16% possuem – doutorado, conforme a Tabela 06.

Tabela 6 – Escolaridade dos Filhos

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE	%
Analfabeto	00	00
1º grau (Ensino Fundamental)	285	46,58
2º grau (Ensino Médio)	183	29,90
3º grau (Ensino Superior)	142	23,20
Pós – Graduado	01	0,16
Doutorado	01	0,16
TOTAL	612	100

Fonte: Dados da Pesquisa / 2005.

A faixa etária dos entrevistados apresentou os seguintes dados: 2,29% possuem entre 20 e 30 anos; 23,67% de 31 a 40 anos; 33,97% de 41 a 50 anos; 25,57% entre 51 a 60 anos; 11,83% possuem de 61 a 70 anos; 2,67% possuem mais de 70 anos e a média de idade dos produtores é de 48 anos. Deve-se ressaltar que, apenas 5,73% destes proprietários são do sexo feminino e os demais, 94,27%, são do sexo masculino. Considerando-se estes dados e comparando-os com os dados referentes à origem do patrimônio, na Tabela 02, nota-se a questão cultural dos moradores que, quando do casamento, os filhos homens recebiam uma área de terra em torno de 25 hectares e as filhas mulheres, os utensílios domésticos para a mobília da casa. A escolaridade dos entrevistados apresentou os seguintes resultados: 0,38% é analfabeto; 72,14% possuem 1º grau (Ensino Fundamental); 22,52% possuem o 2º grau (Ensino Médio) e 4,96% possuem o 3º grau (Ensino Superior).

Ao comparar a escolaridade dos filhos em relação aos pais constatou-se uma mudança significativa. Isto está relacionado às necessidades de melhoria na qualificação dos produtores rurais, bem como a facilidade do acesso às escolas, com transporte gratuito, cedido pela Prefeitura e Governo Estadual, às crianças até o 2º grau (Ensino Médio).

As principais atividades econômicas desenvolvidas pelos produtores rurais entrevistados são, com destaque para as culturas da soja, do milho e trigo: o cultivo da soja, que é praticado em 88,55% das propriedades, seguido pela cultura do milho, com 85,50% e, do trigo, com 38,55%; a cultura da aveia corresponde a 7,25% das propriedades; o cultivo de hortaliças tem um índice de 0,38%; a fruticultura com 0,76%; a erva-mate com 0,38%; o feno com 0,38%; a cana-de-açúcar com 0,38%; a mandioca com 1,53%, e o fumo com 0,38%; 0,79% cultiva o feijão, sendo que o triticale é cultivado em 0,38% das propriedades rurais.

Por outro lado, além do cultivo da terra, os produtores rurais possuem atividades agropecuárias diversificadas, ou seja, 52,57% dos entrevistados possuem atividade leiteira; 37,79% dedicam-se à suinocultura; 18,32% à avicultura; 9,54% à piscicultura; 2,29 à pecuária; 0,76% à apicultura; 0,38% à produção de ovos; 0,38% produz queijo; 0,38% dedica-se à produção de rãs e o pesque-pague está presente em 0,38% das propriedades entrevistadas.

Conforme os dados apresentados, constatou-se a pluriatividade nas propriedades rurais do município, o que tem gerado maior estabilidade na renda do trabalhador rural. Neste contexto, os dados da pesquisa reforçam o estudo realizado por Grossi, Souza e Silva (2002), *apud* Cunha, Shikida e Rocha Junior (2002), que dizem que a pluriatividade resulta da conseqüência dos esforços de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem e que não podem ser considerados como partes de um processo de proletarização.

Os dados referentes ao faturamento bruto anual das propriedades podem ser observados na Tabela 07.

Em relação ao questionamento, para o produtor, sobre a elaboração de um planejamento para a diversificação de culturas, 54,58% dos entrevistados responderam que elaboram planejamento para diversificar suas atividades agrícolas e demonstraram ter consciência da necessidade da diversificação, principalmente por insegurança de ficar vinculado a um só tipo de cultura, pois

com uma frustração de safra, como a que ocorreu na atual safra 2004/2005, teriam passado mais dificuldades se não tivessem feito o planejamento. Neste sentido, os dados vêm confirmar o que o autor Grossi, Souza e Silva (2002) *apud* Cunha, Shikida e Rocha Junior (2002), apresentam “o Novo Rural no Paraná não é somente percebido pelo avanço de terceirização das tarefas agropecuárias. Novas atividades estão invadindo campos, muitas vezes nem tão ‘novas’, mas recriadas como objeto de valorização dos capitais”. Entretanto, 45,42% dos produtores disseram que não planejam para diversificar ou para aumentar o grau de diversificação, pelo fato de já possuírem um grau de diversificação, e/ou por não achar ser viável, tendo em vista as propriedades serem muito pequenas e não terem condições financeiras para investir em novas culturas.

Tabela 7 – Faturamento Bruto Médio Anual

FATURAMENTO	QUANTIDADE	%
Menos de R\$ 3.600,00	03	1,14
> De R\$ 3.600,00 e < de 6.000,00	04	1,52
> De R\$ 6.000,00 e < de 10.000,00	15	5,73
> De R\$ 10.000,00 e < de 20.000,00	40	15,27
> De R\$ 20.000,00 e < de 50.000,00	77	29,39
> De R\$ 50.000,00 e < de 100.000,00	56	21,37
> De R\$ 100.000,00 e < de 150.000,00	30	11,45
> De R\$ 150.000,00 e < de 200.000,00	09	3,44
> De R\$ 200.000,00 e < de 400.000,00	18	6,87
Mais de 400.000,00	10	3,82
TOTAL	262	100

Fonte: Dados da Pesquisa / 2005.

Os motivos que levam os produtores rurais a diversificarem suas culturas, em ordem de importância são: a) obter maior rentabilidade; b) preservar o solo; c) utilizar a infra-estrutura existente; d) maximizar o uso da mão-de-obra; e d) ter mais linhas de financiamento.

Em relação à forma com que os produtores entrevistados efetuam o controle de suas atividades agrícolas constatou-se que, 37,79% dos produtores têm os controles e as informações de seu negócio, simplesmente, guardados em sua memória, ou seja, não anotam os fatos e nem os atos, confirmando as dificuldades encontradas pelos escritórios contábeis; 49,62% dos entrevistados anotam em cadernos as suas despesas, contas e receitas, não se preocupando com

a organização da documentação destes fatos; 9,16% responderam que fazem os controles de suas receitas e despesas por meio de planilhas de Excel; 0,38% faz controle por meio de fichas e, 3,05% disseram possuir um sistema de controle informatizado e utilizam essas informações para a tomada de decisões.

Por outro lado, constatou-se que 42,37% dos entrevistados possuem microcomputadores, porém, segundo suas respostas, os mesmos são para que os filhos os utilizem em seus estudos (trabalhos de aula) e não para auxiliá-los nos controles da atividade rural.

Em relação aos serviços de assessoria contábil: 5,34% dos entrevistados disseram possuir algum tipo de assessoria contábil, por meio de contador próprio; 49,24% dos entrevistados recebem assessoria prestada por escritórios de contabilidade; 25,57% dos entrevistados disseram receber assessoria contábil por meio do Sindicato Rural e, 19,85%, dos entrevistados, responderam que não necessitam de assessoria contábil, por tratar-se de uma pequena propriedade, cujo faturamento encontra-se isento de pagamento de tributos (declarações), totalizando 80,15% de produtores que recebem, pelo menos um tipo de assessoria. Segundo as evidências, citadas anteriormente por Crepaldi (2005), uma das ferramentas menos utilizadas pelos produtores é, sem dúvida, a Contabilidade Rural, vista como uma técnica complexa, com baixo retorno na prática.

Quanto à finalidade da assessoria contábil, verificou-se que, entre os entrevistados que recebem assessoria, 80,15% são para fins tributários, dados que confirmam as dificuldades manifestadas pelos escritórios de contabilidade em relação à prestação de serviços aos produtores rurais “que, na maioria das vezes, é para serviços de declaração de Imposto de Renda, elaboração de folhas de pagamentos, ITR e CCIR”, e 10,30% disseram ter assessoria contábil, tanto para fins tributários, quanto para fins gerenciais.

Em virtude dessa escrita contábil, os produtores disseram obter benefícios que valem ressaltar: a) sistema de custo integrado à contabilidade; b) maior controle dos custos de produção; c) informações precisas para tomada de decisões; d) possibilidades de redução dos custos; e) possibilidade de planejamento com base na lucratividade e, f) maior organização nas atividades.

Entretanto, faz-se necessário uma ressalva neste ponto, os produtores entrevistados disseram que, além do planejamento, a lucratividade depende, também, de uma boa safra, neste caso, depende-se do clima-tempo para se ter

uma boa colheita, o que vem ao encontro do que expôs Valle (1987), que os aspectos especiais de uma organização agrária, no momento de sua constituição, e, posteriormente, são mais limitados que os outros organismos produtivos, porque dependem de causas objetivas (condições pedológicas e climáticas) e subjetivas (a índole rural, que é conservadora e pouco propensa a inovações). Afirmaram, também, não estarem satisfeitos com a assessoria contábil recebida, que deixa a desejar.

Deve-se ainda ressaltar que, dos 235 produtores entrevistados, dentre aqueles que não possuem assessoria contábil, 22,98% têm interesse em adotá-la, porque acreditam no benefício que a assessoria contábil pode proporcionar - maior controle dos custos, um melhor planejamento e gerenciamento das atividades auxiliando na tomada de decisões, além de diagnosticar a lucratividade por atividade. Os demais, 77,02% dos entrevistados, disseram não ter interesse, afirmando que a assessoria contábil não é necessária, pois, as propriedades são pequenas, a renda é pouca e se a adotassem só aumentaria o custo.

Embora a pesquisa tenha constatado insatisfação com relação à rentabilidade da atividade agrícola dos entrevistados, constatou-se, também, segundo dados fornecidos, que houve um aumento do patrimônio, obtido por meio da renda gerada na própria atividade, financiamentos e diversificação de culturas. Embora tenham declarado que, para diversificar as culturas, tiveram que optar por financiamentos, foi graças à diversificação que conseguiram manter-se na atividade, já aqueles proprietários que não optaram pela diversificação de atividades, o patrimônio diminuiu.

Considerações finais

Este trabalho, de natureza exploratória, tem por objetivo contribuir para demonstrar a importância da Contabilidade Rural para o pequeno, médio e grande produtor rural, como uma ferramenta gerencial que permite, por meio da informação contábil, o planejamento e o controle orçamentário para a tomada de decisões. Os resultados foram obtidos a partir de dados via aplicação de questionários/entrevistas a gerentes de escritórios de contabilidade e proprietários rurais residentes no município de Toledo – PR.

A questão chave definida, inicialmente, para esta pesquisa é a seguinte: a Contabilidade Gerencial pode subsidiar os empresários rurais com

informações que possibilitem a melhoria da gestão na atividade rural, otimizando os resultados em suas atividades e, também, otimizando os resultados que objetivam o crescimento do patrimônio? Pode-se concluir, portanto, que os conceitos estudados e os dados coletados, por meio dos questionários, evidenciam uma resposta positiva à questão em discussão, visto que as informações geradas pela Contabilidade Gerencial propiciam subsídios para que os gestores possam analisar a rentabilidade e competitividade dos produtos elaborados e tomar decisões acerca dos negócios.

No mundo dos negócios, com o desenvolvimento de tecnologia, a agricultura vem produzindo cada vez mais, mas, muitas vezes, há incertezas devido às situações climáticas, que não podem ser controladas, mercado instável e devido à acirrada competitividade estes itens parecem andar juntos. Por isso, na atividade rural, os produtores devem estar atentos a tudo o que os rodeia, devem sempre procurar novas tecnologias e o aprimoramento de suas técnicas de produção para poderem competir no mercado do agronegócio.

Reforçando a pesquisa de que a Contabilidade Rural é uma das ferramentas administrativas menos utilizadas pelos produtores da região de Toledo, e a maioria que a utiliza visa seus fins tributários, estes mesmos produtores, sujeitos à tributação de impostos, não demonstram interesse por uma aplicação gerencial, renegando todo o profissional da área contábil.

Portanto, para aumentar este índice, ao contabilista cabe destacar que a contabilidade deve assegurar aos produtores rurais uma ferramenta para que eles possam planejar um orçamento, terem maior controle de seus custos, orientarem-se na gestão do patrimônio familiar, assegurando os bens que serão deixados para seus sucessores. Por isso, um trabalho que contenha sólidas informações poderá desencadear uma profunda discussão sobre a contabilidade na área rural, contribuindo para o debate das potencialidades e desafios dessa dinâmica ferramenta.

Referências

ATKINSON, Anthony A. *et al.* (2000) - Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas.

CALDERELLI, Antonio, (2003) - Enciclopédia contábil e comercial brasileira, 28 ed. São Paulo: CETEC.

CREPALDI, Silvio Aparecido, (2005) - Contabilidade Rural: Uma abordagem decisorial, 3 ed. São Paulo: Atlas.

CUNHA, Marina Silva da, Pery Francisco Assis Schikida, Weimar Freire da Rocha Júnior, (2002) Agronegócio Paranaense: potencialidades e desafios. Cascavel: Edunioeste.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, (1993) Minidicionário da língua portuguesa; coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos; equipe Elza Tavares Ferreira... [et al.] 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

GIL, Antônio Carlos, (1991) - Técnicas de pesquisa em economia. São Paulo: Atlas.

GIL, Antônio Carlos, (2001) - Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias; 3 ed. São Paulo: Atlas.

GODOY, A. S. (1995) - Pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. Revista Administração de Empresas, v.35, n. 4, p. 65-71, Jul./Ago.

MARION, José Carlos, (2002) Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade da Pecuária, Imposto de Renda, Pessoa Jurídica. 4 ed. São Paulo: Atlas.

MATTOS, Zilda Paes de Barros, (1999) – Contabilidade Financeira Rural. São Paulo: Atlas.

NEPOMUCENO, Fernando, (2004) - Contabilidade rural e seus custos de produção – São Paulo: IOB – Thomson.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa, (1996) - características, usos e possibilidades. Cadernos de Pesquisa em Administração. São Paulo, v.1, n.3. 2o semestre.

PADOVEZE, Clóvis Luís, (2000) Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil, 3 ed. São Paulo: Atlas.

PROCÓPIO, Adriana Maria. Organização contábil-administrativa dos produtores rurais na região de Ribeirão Preto. In: MARION, José Carlos - Coordenador, Contabilidade e Controladoria em Agribusiness, São Paulo: Atlas, 1996.

SENAR - (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) (2003) - Manual de Orientação da Previdência Social na área Rural, 2 ed. Brasília: INSS / SENAR.

VALLE, Francisco, (1987) - Manual da contabilidade agrária: a produção agrária, a administração da empresa agrária, a contabilidade agrária, 2 ed. São Paulo: Atlas.

YIN, ROBERT K., (2001) - Estudo de caso: planejamento e métodos; trad. Daniel Grassi – 2 ed. Porto Alegre: Bookmann.

Recebido em: 23/03/2005
Aprovado em: 13/06/2005